



Estratégia
CONCURSOS

Aula

Passo Estratégico de Contabilidade Pública pf TCDF (Auditor de Controle Externo) - 2019.2

Professor: Luis Kayanoki

Campo de aplicação, objetos e objetivos, Estágios da receita pública e Princípios orçamentários

Apresentação	1
O que é o Passo Estratégico?	2
Análise Estatística	3
Importância do assunto	Erro! Indicador não definido.
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque.....	4
Aposta estratégica	8
Questões estratégicas	8
Questionário de revisão e aperfeiçoamento.....	19
<i>Perguntas</i>	<i>19</i>
<i>Perguntas com respostas</i>	<i>19</i>
Lista de Questões Estratégicas.....	22
<i>Gabarito</i>	<i>26</i>



APRESENTAÇÃO

Olá!

Meu nome é Luís Kayanoki e serei o seu analista do Passo Estratégico!

Segue uma sinopse da minha experiência profissional, acadêmica e como concurseiro:

Analista do Passo Estratégico - disciplinas: Contabilidade Pública e Controle Externo.

Professor responsável por comentar questões no TECCONCURSOS, nas disciplinas de Contabilidade Pública, AFO, Controle Externo e Contabilidade Geral.

Tive algumas aprovações que cheguei a ser convocado, todos em cargos de nível médio, que são: Caixa Econômica Federal, SABESP, CETESB, CPTM, CRO-SP, e Banco do Brasil

Com relação aos cargos de nível superior, prestei diversas provas, sendo que fui aprovado nos seguintes concursos: TRE-PR, TRE-TO, TRE-PE, TRT-CE, TRF-1, TRF-2, TST.



Mas deixei a “cereja do bolo” para o final, passei em Primeiro lugar no concurso do TCE-SP para a Região de Registro, no cargo de Agente da Fiscalização.

Graduado em Ciências Contábeis (Universidade do Vale do Paraíba).

Quero ajudá-los nesta caminhada e fornecer uma excelente preparação a vocês!

O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:



@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?



ANÁLISE ESTATÍSTICA

Inicialmente, convém destacar os percentuais de incidência de todos os assuntos previstos no nosso curso, com base na banca Cespe/Cebraspe, em ordem decrescente – ou seja, quanto maior o percentual de cobrança de um dado assunto, maior sua importância:

Assunto	Grau de incidência em concursos similares
Despesa	23,75%
Receita	11,42%
Princípios Orçamentários	9,45%
Créditos Adicionais	7,35%
Programação Orçamentária e Financeira	5,38%
Avaliação e Mensuração	5,25%
DVP	4,86%
PCASP	4,46%
Regimes Orçamentário e Financeiro	3,41%
Balanço Orçamentário	3,15%
Conceito, Objeto e Campo de Aplicação	2,76%
Sistema de Custos	2,76%
Dívida Ativa	2,36%
Balanço Financeiro	2,23%
Estágios da Receita	2,10%
Balanço Patrimonial	1,71%
Princípios da contabilidade	1,57%
Escrituração Contábil	1,57%

Variações Patrimoniais	1,44%
Depreciação	1,31%
DFC	1,31%
Provisões	0,92%
Patrimônio Público	0,92%
DMPL	0,39%
Notas Explicativas	0,39%
Impairment	0,26%
Total	100%

Trataremos dos assuntos: Princípios Orçamentários (9,45%), Estágios da Receita (2,09%) e Conceito, Campo de Aplicação e Objeto (2,76%).

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

Pessoal, aqui cabe lembrar novamente que a NBC T 16.1 foi revogada com isto não deve ser aspecto de cobrança em futuros editais, exceto no que tange a parte da estrutura conceitual. E, também, serve como parâmetro para compreensão da Contabilidade Pública aplicada ao setor público.

Conceito da contabilidade aplicada ao setor público:

É o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público

Campo de aplicação, segundo estrutura conceitual:

Obrigatório

- Engloba órgãos/entidades que estão inclusos no orçamento fiscal e seguridade social
 - a) Governos nacional, estaduais, e distrital (todos os poderes, Tribunal de contas, Defensoria e Ministério Público)
 - b) Órgãos, secretarias, autarquias, fundações, (instituídas e mantidas pelo poder público)



c) Fundos, consórcios públicos, Estatais DEPENDENTES

Facultativo

- Estatais INDEPENDENTES

Muita atenção para estatal dependente ou independente no campo de aplicação!! Pegadinha clássica!!!!

Para quem começou a estudar para contabilidade depois de 2016, pule este parágrafo! Mas para os mais antigos, a classificação era outra: Integralmente e parcialmente (esqueçam isto!)

Objeto: Patrimônio Público. Não caia nas pegadinhas que as bancas adoram! Simples, objeto da contabilidade é patrimônio público! Definição de patrimônio público:

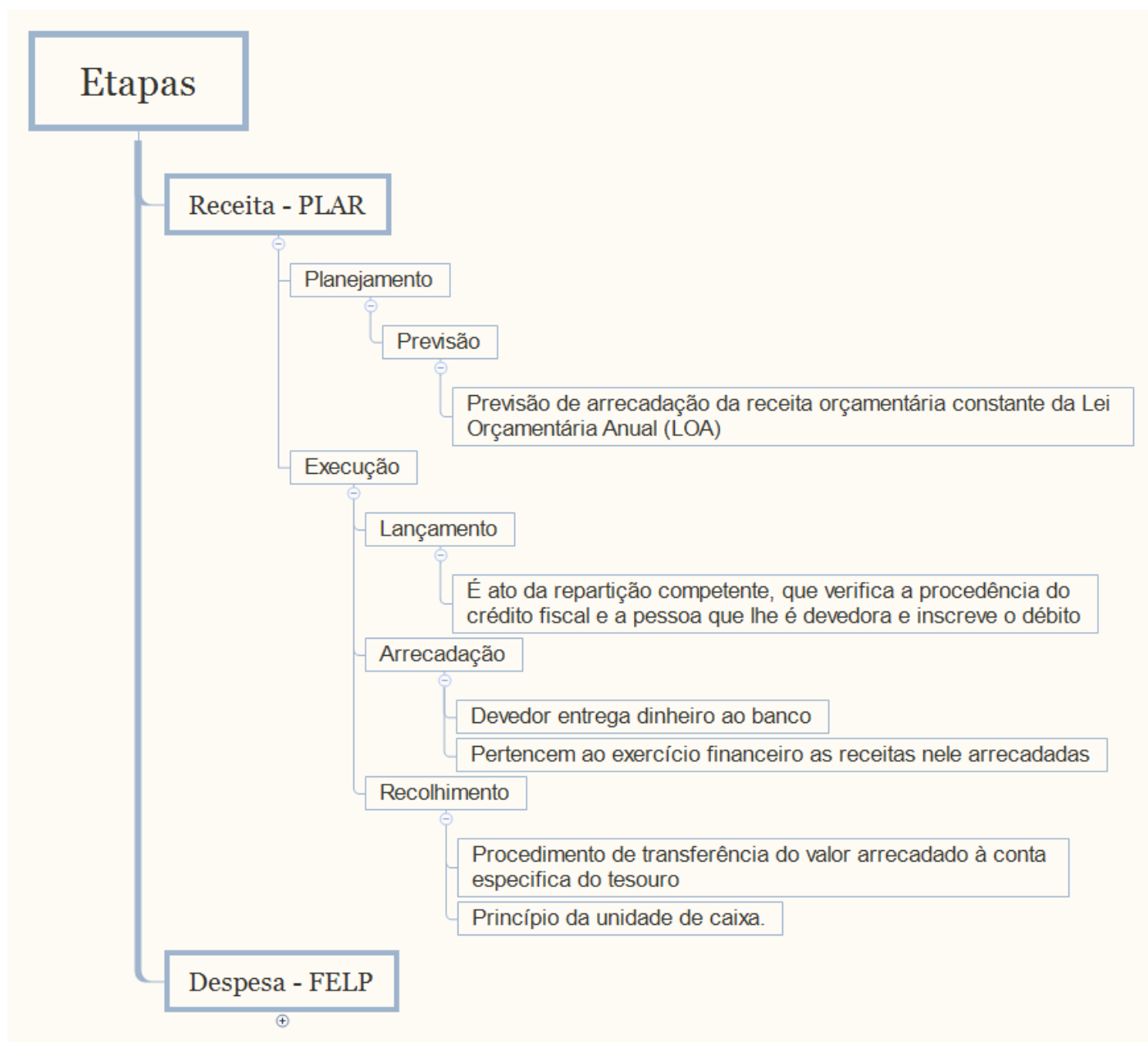
- conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações

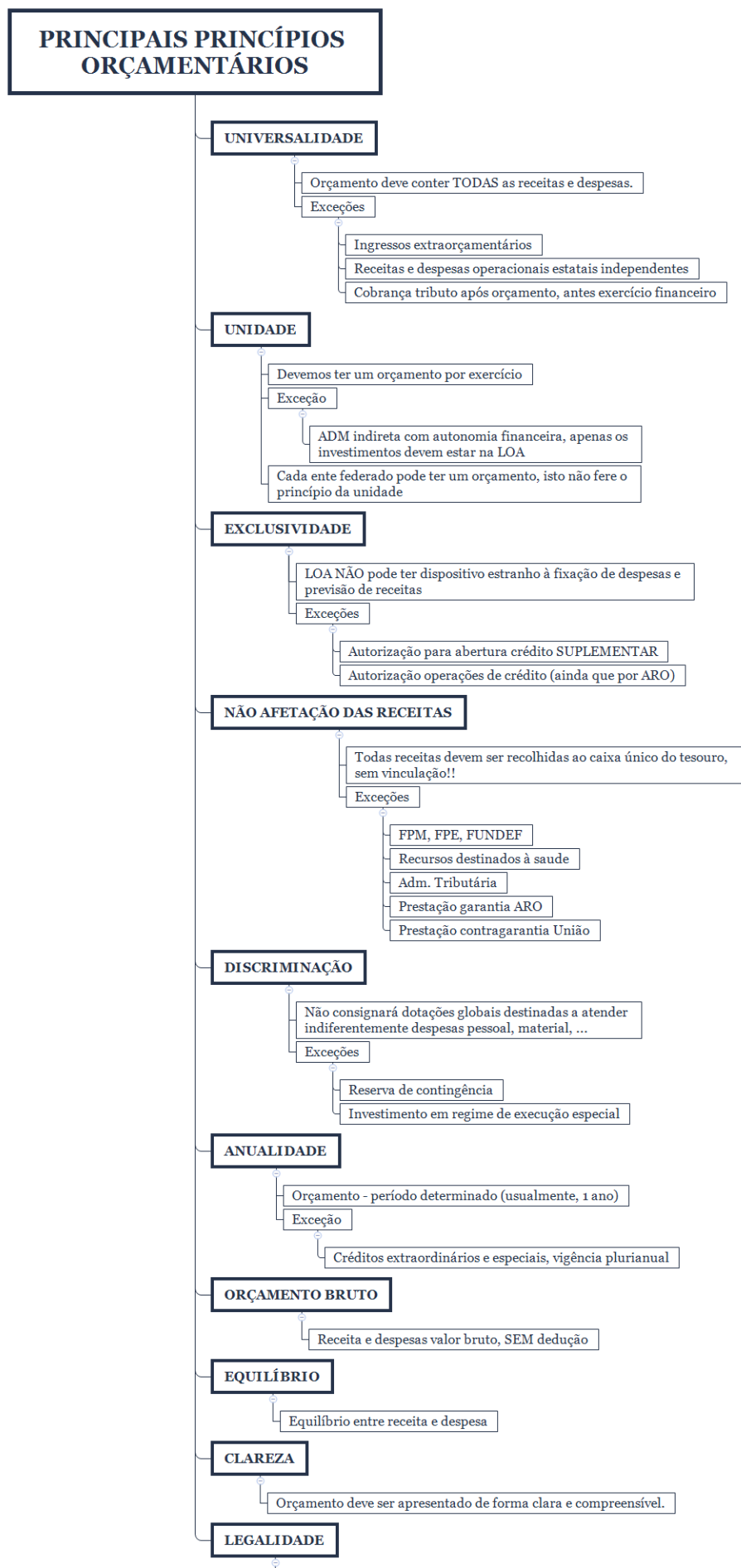
Objetivos: fornecer informações sobre a entidade do setor público que são **úteis** aos usuários dos Relatórios Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) para a **prestação** de **contas** e responsabilização (accountability) e **tomada** de **decisão**. Lembrando sempre que os RCPGs não são elaborados para atender uma necessidade específica, mas sim para atender às necessidades dos **usuários em geral**.



Etapas da receita pública

Guarde também que há duas fases: Planejamento e execução. Planejamento é a etapa da previsão. Execução são as outras três etapas (Lançamento, arrecadação e recolhimento)





APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa.

Assim, a aposta estratégica é especialmente importante na sua reta final de estudos.

Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos, ok?

Vamos ao conteúdo da nossa aposta?

É bem provável que caia um assunto de princípios orçamentários em sua prova.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (Cebraspe-Cespe2013/TCE-ES/Analista administrativo Ciências Contábeis)

A respeito do conceito, do objeto, do objetivo e da atuação da contabilidade governamental e dos sistemas de contas, assinale a opção correta.

a) As estatais dependentes que não constam do orçamento de investimentos, do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social estão relacionadas ao campo de aplicação da contabilidade pública, sujeitando-se às normas previstas nas Leis n.º 4.320/1964 e n.º 6.404/1976.

b) O subsistema de custos contém conta contábil destinada ao controle e ao acompanhamento do custo de cada ação desenvolvida pela administração direta e indireta, pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público.

c) A contabilidade aplicada ao setor público é um ramo independente da ciência contábil, norteador pelos princípios orçamentários, cujos atos e fatos são registrados a partir do orçamento público.

d) O sistema contábil, que contém as movimentações patrimoniais e financeiras realizadas pela entidade pública, é estruturado junto com os subsistemas de informação de orçamento, de custos, de compensação e patrimonial.

e) O objeto de estudo da contabilidade pública é o patrimônio das entidades públicas ou privadas que recebem recursos da fazenda pública para efeito de investimentos. Esses recursos deverão ser convertidos em direitos e bens tangíveis mensuráveis, mas não os intangíveis devido à impossibilidade de mensuração.

Comentários

Utilizaremos esta questão para aprendermos alguns conceitos, embora o gabarito não faça parte da nossa aula, vamos analisar cada alternativa:



- a) As estatais dependentes ~~que não constam~~ do orçamento de investimentos, do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social estão relacionadas ao campo de aplicação da contabilidade pública, sujeitando-se às normas previstas nas Leis n.º 4.320/1964 e n.º 6.404/1976. ✗ – Estatais dependentes constam no orçamento.
- b) O subsistema de custos ~~contém~~ conta contábil destinada ao controle e ao acompanhamento do custo de cada ação desenvolvida pela administração direta e indireta, pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público. ✗ – Mesmo não tendo ligação com nossa aula, o erro do item é que o subsistema de custos não contém a referida conta
- c) A contabilidade aplicada ao setor público ~~é um ramo independente da ciência contábil~~, norteados pelos princípios orçamentários, cujos atos e fatos são registrados a partir do orçamento público. ✗ A contabilidade aplicada ao setor público (CASP) NÃO é um ramo independente da ciência contábil
- d) O sistema contábil, que contém as movimentações patrimoniais e financeiras realizadas pela entidade pública, é estruturado junto com os subsistemas de informação de orçamento, de custos, de compensação e patrimonial. ✓ Veremos mais adiante, há quatro subsistemas da CASP: Patrimonial, Orçamentário, de Custos e de Compensação
- e) O objeto de estudo da contabilidade pública é o patrimônio das entidades públicas ~~ou privadas~~ que recebem recursos da fazenda pública para efeito de investimentos. Esses recursos deverão ser convertidos em direitos e bens tangíveis mensuráveis, mas não os intangíveis devido à impossibilidade de mensuração. ✗ – Objeto da CASP é Patrimônio Público!

Gabarito: Letra D

2. (Cebraspe-Cespe/2015/MPU/Analista Apoio administrativo Atuarial)

Julgue o item a seguir, acerca do papel do Ministério Público da União (MPU) relativamente ao campo de atuação e objetivo no âmbito da contabilidade aplicada ao setor público.

Por ser uma entidade governamental, o MPU deve disponibilizar informações sobre aspectos de natureza financeira e física do seu patrimônio

Comentários

Sabe-se que o objetivo da CASP é Fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão, a adequada prestação de contas e o necessário suporte para instrumentalização do contrato social. E é sabido que o MPU é uma entidade do setor público abrangida pela CASP, portanto o MPU deve disponibilizar informações sobre os aspectos de natureza financeira e física do seu patrimônio.

Gabarito: CORRETO



3. (Cebbraspe-Cespe/2016/TCE-PA/Auditor de controle externo)

Acerca de contabilidade pública, julgue o item a seguir.

O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é a prestação de contas, aos cidadãos, a respeito da situação patrimonial das entidades públicas.

Comentários

O objeto da CASP (sempre, sempre, sempre rs) será o patrimônio público, fora isto é errado!!

Gabarito: INCORRETO

4. (Cebbraspe-Cespe/2019/PGE-PE/Assistente de Procuradoria)

Em sentido amplo, receita pública consiste no recolhimento de bens aos cofres públicos. No que se refere à receita pública, julgue o item subsequente.

O pagamento pelo contribuinte do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) corresponde ao estágio de lançamento da receita orçamentária classificada na espécie receita tributária.

Comentários

Vamos analisar o item:

O pagamento pelo contribuinte do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) corresponde ao estágio de ~~lançamento~~ da receita orçamentária classificada na espécie receita tributária.

INCORRETO. É fundamental que memorizem os Estágios da Receitas, vejamos as definições:

PREVISÃO: Quanto se está previsto arrecadar - ÚNICA FASE DE PLANEJAMENTO

Lançamento - O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

Arrecadação – É quando o devedor entrega o dinheiro no banco, basicamente.

Recolhimento - É o procedimento de transferência do valor arrecadado à conta específica do tesouro

O pagamento pelo contribuinte do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) corresponde ao estágio de **Arrecadação**.

Gabarito: INCORRETO



5. (Cebraspe-Cespe/2018/STJ/Analista Judiciário)

Julgue o item, relativo a receita e despesa públicas.

A proposta de aplicação de penalidades no caso de atraso de pagamento de determinada receita pública constitui procedimento estranho aos estágios de execução dessa receita.

Comentários

Vamos analisar a assertiva:

A proposta de aplicação de penalidades no caso de atraso de pagamento de determinada receita pública constitui procedimento **estranho** aos estágios de execução dessa receita.

INCORRETA. Na verdade, na própria fase de **Lançamento**, um dos **estágios da Receita Pública**, que se **propõe a aplicação da penalidade cabível**, conforme Disposto no MCASP 7ª Edição:

O art. 53 da Lei nº 4.320/1964, define o lançamento como ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta. Por sua vez, para o art. 142 do CTN, lançamento é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, sendo o caso, **propõe a aplicação da penalidade cabível**.

Gabarito: INCORRETO

6. (Cebraspe-Cespe/2013/MPU/Analista)

No que se refere a demonstrações contábeis e receitas e despesas públicas, julgue o item seguinte.

Somente a receita orçamentária reúne condições de percorrer os estágios de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

Comentários

Normalmente, palavras restritivas como “somente” faz com que estejamos alertas. Aprofundaremos na próxima aula, mas considerando que uma receita extraorçamentária não tem como percorrer o estágio da previsão, por ser algo que imprevisível. É correto afirmar que somente a receita orçamentária percorre tais estágios

Gabarito: CORRETO

7. (Cebraspe-Cespe/2017/TRE PE/Analista judiciário especialidade contabilidade)

As etapas da receita orçamentária

- a) seguem a ordem cronológica dos fenômenos econômicos.
- b) consistem no planejamento das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária.
- c) dependem do comportamento da série histórica de arrecadação.
- d) ocorrem para todos os tipos de receitas orçamentárias.



e) incluem o empenho, a liquidação e o pagamento.

Comentários

Alternativa A – Correta, de acordo com MCASP: “As etapas da receita orçamentária seguem a ordem cronológica dos fenômenos econômicos.”

Alternativa B – Errada, as etapas de Lançamento, arrecadação e recolhimento pertencem à execução da receita orçamentária e não às etapas de planejamento. Apenas a etapa do planejamento faz parte do planejamento.

Alternativa C – Errada, apenas a previsão depende do comportamento da série histórica, portanto não são todas que dependem disto!

Alternativa D – Errada, nem todas as etapas ocorrem para todas as receitas. Ocorre a arrecadação de receitas que não foram previstas, portanto percebe-se que nem sempre todas as fases ocorrem.

Alternativa E – Errada, estas são as fases da despesa pública. Mnemônico - RECEITA (PLAR) DESPESA (FELP). Veremos as fases da despesa pública nas próximas aulas.

Gabarito: Letra A

8. (Cebraspe-Cespe/2019/Procurador Municipal Prefeitura Boa Vista)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue o seguinte item, acerca de direito financeiro e princípios orçamentários.

É viável incluir na lei orçamentária municipal autorização para a contratação, pelo município, de operação de crédito por antecipação de receita.

Comentários

Vamos analisar o item:

É viável incluir na lei orçamentária municipal autorização para a contratação, pelo município, de operação de crédito por antecipação de receita.

CORRETO. O princípio da **exclusividade** nos ensina que a LOA **não** pode ter dispositivo estranho à fixação das despesas e previsão das receitas, em outras palavras, só pode ter, **exclusivamente**, previsão de receita e fixação de despesa, com as exceções previstas na Constituição Federal:

Art. 165 § 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a **autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito**, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

São duas as **exceções** ao princípio da Exclusividade:

- **Autorização para abertura de créditos suplementares.**



- **Autorização contratação de operações de crédito (INCLUSIVE ARO).**

Gabarito: CERTO

9. (Cebraspe-Cespe/2019/Assistente de Procuradoria/PGE-PE)

O orçamento público, um instrumento fundamental de governo, constitui o principal documento de políticas públicas. A respeito desse assunto, julgue o seguinte item.

Os princípios orçamentários constituem as regras básicas a serem seguidas por todo orçamento público e se destinam a padronizar e garantir que o dinheiro público seja usado de maneira correta.

Comentários

Vamos analisar o item:

Os princípios orçamentários constituem as regras básicas a serem seguidas por todo orçamento público e se destinam a padronizar e garantir que o dinheiro público seja usado de maneira correta. **CORRETO**. Exatamente, os princípios orçamentários estipulam regras básicas para a padronização e que o orçamento seja utilizado de modo correto (racionalidade, eficiência), conforme disposto no MTO 2018:

Os princípios orçamentários visam estabelecer regras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

Gabarito: CERTO

10. (Cebraspe-Cespe/2019/Auditor de Controle Interno/COGE CE)

A lei orçamentária anual (LOA) estabelece a previsão de receitas, idealizada a partir de parâmetros históricos associados a outros fatores, e também a fixação de despesas para o período relativo a um exercício financeiro, sendo vetada a inclusão de matéria diversa. Essa exigência decorre do princípio orçamentário da

- a) exclusividade.
- b) legalidade.
- c) não afetação da receita.
- d) discriminação.
- e) unidade.

Comentários

Vamos conceituar os princípios:



a) exclusividade.

CORRETA. Perfeito, o princípio da **exclusividade** nos ensina que a LOA **não** pode ter dispositivo estranho à fixação das despesas e previsão das receitas, em outras palavras, só pode ter, **exclusivamente**, previsão de receita e fixação de despesa, com as exceções previstas na Constituição Federal:

Art. 165 § 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a **autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito**, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

São duas as **exceções** ao princípio da Exclusividade:

- **Autorização para abertura de créditos suplementares.**
- **Autorização contratação de operações de crédito.**

b) legalidade.

INCORRETA. Tal Princípio nos ensina que a arrecadação de receitas e execução de despesas deve ser **precedida** de expressa autorização do poder LEGISLATIVO. (LEI)

c) não afetação da receita.

INCORRETA. O princípio da não afetação nos ensina que todas as receitas orçamentárias de impostos devem ser recolhidas ao caixa única do tesouro, **SEM** qualquer **vinculação** em termos de destinação, **salvo algumas exceções!**

d) discriminação.

INCORRETA. O princípio da **Discriminação ou Especialização**, prevê que a LOA **não** pode consignar **dotações globais** destinadas a atender **indiferentemente** despesas de material, pessoal.

e) unidade.

INCORRETA. Tal princípio nos ensina que o orçamento deve ser UNO, ou seja, **um orçamento por exercício.**

Gabarito: LETRA A

11. (Cebraspe-Cespe/2018/Auditor de Controle Externo/TCE-MG)

Se, durante a apreciação da lei orçamentária anual de um município, a câmara municipal incluir artigo que conceda reajuste salarial aos servidores dessa casa legislativa, será violado o princípio orçamentário da



- a) unidade.
- b) exclusividade.
- c) anualidade.
- d) legalidade.
- e) universalidade.

Comentários

Aproveitando a questão para verificar os conceitos dos princípios apresentados:

- a) unidade.

INCORRETA. Tal princípio nos ensina que o orçamento deve ser UNO, ou seja, **um orçamento por exercício**. Não é permitida a criação de orçamentos paralelos.

- b) exclusividade.

CORRETA. Tal princípio nos ensina que a LOA **não** pode ter dispositivo estranho à fixação das despesas e previsão das receitas, em outras palavras, só pode ter, **exclusivamente**, previsão de receita e fixação de despesa. E a câmara municipal incluiu artigo que concedeu reajuste salarial aos servidores dessa casa legislativa na LOA, portanto **infringiu** tal princípio.

- c) anualidade.

INCORRETA. Tal princípio nos ensina que o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um **período determinado, usualmente um ano**.

- d) legalidade.

INCORRETA. Tal Princípio nos ensina que a arrecadação de receitas e execução de despesas deve ser **precedida** de expressa autorização do poder LEGISLATIVO. (LEI)

- e) universalidade.

INCORRETA. Tal Princípio nos ensina que o orçamento deve conter **TODAS** as receitas e as despesas.

Gabarito: LETRA B

12. (Cebraspe-Cespe/2018/Analista/IPHAN)

Acerca das noções elementares de orçamento público, julgue o item a seguir.

O princípio do orçamento bruto constitui um pressuposto básico do princípio da universalidade.

Comentários

Vamos analisar a assertiva:

O princípio do orçamento bruto constitui um pressuposto básico do princípio da universalidade.



CORRETA. O Princípio da Universalidade nos ensina que o orçamento deve conter **TODAS as receitas e as despesas**. Por sua vez, o princípio do Orçamento Bruto nos **ensina que todas as parcelas da receita e da despesa** devem aparecer no **orçamento em seus valores brutos, SEM qualquer tipo de dedução**. Percebam que são princípios **correlatos**, sendo que para existir o Princípio do Orçamento Bruto, o pressuposto básico é o princípio da Universalidade.

Gabarito: CERTO

13. (Cebraspe-Cespe/2018/Ofício Técnico de Inteligência/ABIN)

No que tange às disposições constitucionais a respeito das finanças públicas, ao conceito e às espécies de orçamento público, aos princípios orçamentários, às normas gerais de direito financeiro (Lei n.º 4.320/1964) e à fiscalização e ao controle interno e externo dos orçamentos, julgue o item a seguir.

Decorre do princípio do equilíbrio orçamentário, do ponto de vista material, a exigência de que, no orçamento público, haja equilíbrio entre receitas e despesas totais, ainda que sejam obtidas operações de crédito para financiar parte das despesas públicas.

Comentários

Vamos analisar o item:

Decorre do princípio do equilíbrio orçamentário, do ponto de vista ~~material~~, a exigência de que, no orçamento público, haja equilíbrio entre receitas e despesas totais, ainda que sejam obtidas operações de crédito para financiar parte das despesas públicas.

INCORRETO. O Princípio do equilíbrio deve ser considerado sobre dois pontos de vistas: Formal e Material. Neste, tal princípio é considerado durante a execução orçamentária, devendo existir compatibilidade entre as receitas e despesas. Enquanto naquele, é considerado o equilíbrio formal no orçamento público, ou seja, deve existir equilíbrio entre as receitas previstas e as despesas fixadas. Portanto, a assertiva aborda sobre o **equilíbrio formal**.

Gabarito: ERRADO

14. (Cebraspe-Cespe/2018/TCE-PB-Auditor de Contas Públicas)

Com relação aos princípios que regem a atividade financeira do Estado, assinale a opção correta.

a) De acordo com o princípio da unidade, os programas e projetos devem ser estabelecidos em um único sistema ou método orçamentário, ainda que não haja unidade documental.

b) A vedação à inclusão das chamadas caudas orçamentárias na lei que fixa as receitas e despesas decorre do princípio da universalidade.



c) Os programas de duração continuada devem constar do plano plurianual e são regidos pelo princípio da programação, embora, quanto à liberação de recursos, contemple a possibilidade de que a despesa não esteja antecipadamente prevista.

d) Segundo o princípio da não vinculação da receita derivada dos impostos, lei específica não poderá tratar de várias espécies de incentivos fiscais relativas a tributos diversos e ao mesmo tempo cuidar de matérias afins.

e) A anualidade orçamentária exige que o orçamento deva ser aprovado antes do início do exercício financeiro, evitando que a lei nova possa atingir fatos passados.

Comentários

Vamos analisar os itens:

a) O princípio da unidade determina a existência de uma única Lei Orçamentária para cada Ente federativo. A Constituição Federal determina que a LOA seja composta por três orçamentos: fiscal, da seguridade social e de investimentos. Portanto não é necessária a unidade documental, uma vez que a LOA é composta por três orçamentos distintos.

CORRETO. O princípio da Unidade nos ensina que o orçamento deve ser UNO, ou seja, **um orçamento por exercício**. Não necessariamente será um único documento, haja vista que a LOA compreende três orçamentos, conforme Constituição Federal:

*.Art. 165 - § 5º A lei orçamentária anual compreenderá:
I o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
II o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
III o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.*

b) A vedação à inclusão das chamadas caudas orçamentárias na lei que fixa as receitas e despesas decorre do princípio da **universalidade**.

INCORRETO. O Princípio da **Universalidade** nos ensina que o orçamento deve conter **TODAS** as receitas e as despesas. Por sua vez, o princípio da **exclusividade** nos ensina que a LOA **não** pode ter dispositivo estranho à fixação das despesas e previsão das receitas, em outras palavras, só pode ter, **exclusivamente**, previsão de receita e fixação de despesa, com as exceções previstas na Constituição Federal:

Art. 165 § 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a **autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito**, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.



São duas as **exceções** ao princípio da Exclusividade:

- **Autorização para abertura de créditos suplementares.**
- **Autorização contratação de operações de crédito.**

A vedação à inclusão das chamadas caudas orçamentárias na lei que fixa as receitas e despesas decorre do princípio da **Exclusividade**.

c) Os programas de duração continuada devem constar do plano plurianual e são regidos pelo princípio da programação, embora, quanto à ~~liberação de recursos, contemple a possibilidade de que a despesa não esteja antecipadamente prevista.~~

INCORRETO. Todas despesas devem estar fixada na LOA ou em créditos adicionais para ser realizada.

d) Segundo o princípio da não vinculação da receita derivada dos impostos, ~~lei específica não poderá tratar de várias espécies de incentivos fiscais relativos a tributos diversos e ao mesmo tempo cuidar de matérias afins.~~

INCORRETO. O princípio da não afetação (vinculação) nos ensina que todas as receitas orçamentárias de impostos devem ser recolhidas ao caixa única do tesouro, **SEM** qualquer **vinculação** em termos de destinação, **salvo algumas exceções!**

e) A anualidade orçamentária ~~exige que o orçamento deva ser aprovado antes do início do exercício financeiro, evitando que a lei nova possa atingir fatos passados.~~

INCORRETO. O princípio da anualidade ou periodicidade que nos ensina que o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um **período determinado, usualmente um ano**

Gabarito: Letra A.

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, buscaremos, na medida do possível, apresentar questões subjetivas que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Vamos ao nosso questionário:

PERGUNTAS

- 1) (V ou F) Considere uma estatal seja dependente, ela pode aplicar facultativamente a contabilidade aplicada ao setor público
- 2) (V ou F) Contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público
- 3) (V ou F) Autarquia, por ser da administração indireta, é facultativa a aplicação da contabilidade aplicada ao setor público
- 4) (V ou F) O objetivo da contabilidade pública é o patrimônio público
- 5) (V ou F) Todas as receitas públicas passam por todas os estágios da receita pública
- 6) (V ou F) A Arrecadação da receita pública é o estágio que se refere ao procedimento de transferência do valor recebido à conta específica do tesouro
- 7) (V ou F) Segundo o princípio orçamentário da exclusividade, é correto afirmar que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas.
- 8) (V ou F) É previsto que, conforme princípio da anualidade, o Orçamento deve ser elaborado e autorizado para um período determinado, usualmente um ano excetuado crédito extraordinários e suplementares com vigência plurianual



PERGUNTAS COM RESPOSTAS

- 1) **Considere uma estatal seja dependente, ela pode aplicar facultativamente a contabilidade aplicada ao setor público**

Falso, Pegadinha clássica! Estatal dependente é obrigatório, estatal independente é facultativo.

- 2) **Contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público**

Verdadeiro, exatamente como definição.

- 3) **Autarquia, por ser da administração indireta, é facultativa a aplicação da contabilidade aplicada ao setor público**

Falso, autarquia é obrigatória a aplicação da CASP.

- 4) **O objetivo da contabilidade pública é o patrimônio público**

Falso, o Objeto da contabilidade é o patrimônio público. O objetivo da contabilidade é fornecer informações sobre a entidade do setor público que são úteis aos usuários dos Relatórios Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. Lembrando sempre que os RCPGs não são elaborados para atender uma necessidade específica, mas sim para atender às necessidades dos usuários em geral.

- 5) **Todas as receitas públicas passam por todos os estágios da receita pública**

Falso, algumas receitas não são passíveis de serem previstas, por exemplo: as receitas extraorçamentárias, que são ingressos que não há a possibilidade de ser prevista.

- 6) **A Arrecadação da receita pública é o procedimento de transferência do valor recebido à conta específica do tesouro**

Falso, pois se refere ao estágio do recolhimento. Fiquem atentos para a diferença da arrecadação e do recolhimento, aquilo que gera mais dúvidas.

- 7) **Segundo o princípio orçamentário da exclusividade, é correto afirmar que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas.**

Falso, o item se refere ao princípio da universalidade.

- 8) **É previsto que, conforme princípio da anualidade, o Orçamento deve ser elaborado e autorizado para um período determinado, usualmente um ano excetuado créditos extraordinários e suplementares com vigência plurianual**

Falso, pois a exceção se dá para créditos extraordinários e especiais, nunca suplementares!!



Grande abraço e bons estudos!

“A satisfação reside no esforço, não no resultado obtido. O esforço total é a plena vitória.”

(Mahatma Gandhi)



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (Cebraspe-Cespe2013/TCE-ES/Analista administrativo Ciências Contábeis)

A respeito do conceito, do objeto, do objetivo e da atuação da contabilidade governamental e dos sistemas de contas, assinale a opção correta.

- a) As estatais dependentes que não constam do orçamento de investimentos, do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social estão relacionadas ao campo de aplicação da contabilidade pública, sujeitando-se às normas previstas nas Leis n.º 4.320/1964 e n.º 6.404/1976.
- b) O subsistema de custos contém conta contábil destinada ao controle e ao acompanhamento do custo de cada ação desenvolvida pela administração direta e indireta, pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público.
- c) A contabilidade aplicada ao setor público é um ramo independente da ciência contábil, norteador pelos princípios orçamentários, cujos atos e fatos são registrados a partir do orçamento público.
- d) O sistema contábil, que contém as movimentações patrimoniais e financeiras realizadas pela entidade pública, é estruturado junto com os subsistemas de informação de orçamento, de custos, de compensação e patrimonial.
- e) O objeto de estudo da contabilidade pública é o patrimônio das entidades públicas ou privadas que recebem recursos da fazenda pública para efeito de investimentos. Esses recursos deverão ser convertidos em direitos e bens tangíveis mensuráveis, mas não os intangíveis devido à impossibilidade de mensuração.

2. (Cebraspe-Cespe/2015/MPU/Analista Apoio administrativo Atuarial)

Julgue o item a seguir, acerca do papel do Ministério Público da União (MPU) relativamente ao campo de atuação e objetivo no âmbito da contabilidade aplicada ao setor público.

Por ser uma entidade governamental, o MPU deve disponibilizar informações sobre aspectos de natureza financeira e física do seu patrimônio

3. (Cebraspe-Cespe/2016/TCE-PA/Auditor de controle externo)

Acerca de contabilidade pública, julgue o item a seguir.

O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é a prestação de contas, aos cidadãos, a respeito da situação patrimonial das entidades públicas.

4. (Cebraspe-Cespe/2019/PGE-PE/Assistente de Procuradoria)

Em sentido amplo, receita pública consiste no recolhimento de bens aos cofres públicos. No que se refere à receita pública, julgue o item subsequente.



O pagamento pelo contribuinte do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) corresponde ao estágio de lançamento da receita orçamentária classificada na espécie receita tributária.

5. (Cebraspe-Cespe/2018/STJ/Analista Judiciário)

Julgue o item, relativo a receita e despesa públicas.

A proposta de aplicação de penalidades no caso de atraso de pagamento de determinada receita pública constitui procedimento estranho aos estágios de execução dessa receita.

6. (Cebraspe-Cespe/2013/MPU/Analista)

No que se refere a demonstrações contábeis e receitas e despesas públicas, julgue o item seguinte. Somente a receita orçamentária reúne condições de percorrer os estágios de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

7. (Cebraspe-Cespe/2017/TRE PE/Analista judiciário especialidade contabilidade)

As etapas da receita orçamentária

- a) seguem a ordem cronológica dos fenômenos econômicos.
- b) consistem no planejamento das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária.
- c) dependem do comportamento da série histórica de arrecadação.
- d) ocorrem para todos os tipos de receitas orçamentárias.
- e) incluem o empenho, a liquidação e o pagamento.

8. (Cebraspe-Cespe/2019/Procurador Municipal Prefeitura Boa Vista)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue o seguinte item, acerca de direito financeiro e princípios orçamentários.

É viável incluir na lei orçamentária municipal autorização para a contratação, pelo município, de operação de crédito por antecipação de receita.

9. (Cebraspe-Cespe/2019/Assistente de Procuradoria/PGE-PE)

O orçamento público, um instrumento fundamental de governo, constitui o principal documento de políticas públicas. A respeito desse assunto, julgue o seguinte item.

Os princípios orçamentários constituem as regras básicas a serem seguidas por todo orçamento público e se destinam a padronizar e garantir que o dinheiro público seja usado de maneira correta.



10. (Cebraspe-Cespe/2019/Auditor de Controle Interno/COGE CE)

A lei orçamentária anual (LOA) estabelece a previsão de receitas, idealizada a partir de parâmetros históricos associados a outros fatores, e também a fixação de despesas para o período relativo a um exercício financeiro, sendo vetada a inclusão de matéria diversa. Essa exigência decorre do princípio orçamentário da

- a) exclusividade.
- b) legalidade.
- c) não afetação da receita.
- d) discriminação.
- e) unidade.

11. (Cebraspe-Cespe/2018/Auditor de Controle Externo/TCE-MG)

Se, durante a apreciação da lei orçamentária anual de um município, a câmara municipal incluir artigo que conceda reajuste salarial aos servidores dessa casa legislativa, será violado o princípio orçamentário da

- a) unidade.
- b) exclusividade.
- c) anualidade.
- d) legalidade.
- e) universalidade.

12. (Cebraspe-Cespe/2018/Analista/IPHAN)

Acerca das noções elementares de orçamento público, julgue o item a seguir.

O princípio do orçamento bruto constitui um pressuposto básico do princípio da universalidade.

13. (Cebraspe-Cespe/2018/Ofício Técnico de Inteligência/ABIN)

No que tange às disposições constitucionais a respeito das finanças públicas, ao conceito e às espécies de orçamento público, aos princípios orçamentários, às normas gerais de direito financeiro (Lei n.º 4.320/1964) e à fiscalização e ao controle interno e externo dos orçamentos, julgue o item a seguir.



Decorre do princípio do equilíbrio orçamentário, do ponto de vista material, a exigência de que, no orçamento público, haja equilíbrio entre receitas e despesas totais, ainda que sejam obtidas operações de crédito para financiar parte das despesas públicas.

14. (Cebraspe-Cespe/2018/TCE-PB-Auditor de Contas Públicas)

Com relação aos princípios que regem a atividade financeira do Estado, assinale a opção correta.

- a) De acordo com o princípio da unidade, os programas e projetos devem ser estabelecidos em um único sistema ou método orçamentário, ainda que não haja unidade documental.
- b) A vedação à inclusão das chamadas caudas orçamentárias na lei que fixa as receitas e despesas decorre do princípio da universalidade.
- c) Os programas de duração continuada devem constar do plano plurianual e são regidos pelo princípio da programação, embora, quanto à liberação de recursos, contemple a possibilidade de que a despesa não esteja antecipadamente prevista.
- d) Segundo o princípio da não vinculação da receita derivada dos impostos, lei específica não poderá tratar de várias espécies de incentivos fiscais relativas a tributos diversos e ao mesmo tempo cuidar de matérias afins.
- e) A anualidade orçamentária exige que o orçamento deva ser aprovado antes do início do exercício financeiro, evitando que a lei nova possa atingir fatos passados.



GABARITO

1. Letra D
2. Correto
3. Incorreto
4. Incorreto
5. Incorreto
6. Correto
7. Letra A
8. Certo
9. Certo
10. Letra A
11. Letra B
12. Certo
13. Errado
14. Letra





ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.